

AS QUESTÕES EXTERNAS/INTERNAS SEGUNDO CARNAP

Em «Empiricism, Semantics, and Ontology» (1950), Carnap delimitou tipos peculiares de instrumentos cognitivos chamados «Paradigmas Linguísticos» (*Linguistic Frameworks*), bem como uma dualidade de questões que eles suscitam: as questões externas e as questões internas.

Incidiremos sobre esse texto de Carnap, embora lançando mão de outros ao longo dos quais o filósofo se deslocou duma perspectiva exclusivamente sintáctica na abordagem de certas questões filosóficas, para uma perspectiva simultaneamente sintáctica, semântica e pragmática (semiótica). É esta última perspectiva que repassa as teses defendidas em «Empiricism, Semantics, and Ontology» (E. S. O.).

O nosso objectivo consiste mais em fornecer a compreensibilidade global do ensaio de Carnap do que a sua crítica. Recorreremos a uma metodologia filológica, mas também hermenêutica (ao modo de Heidegger). Procuraremos nomeadamente detectar em E. S. O. vectores teóricos que se aliam a uma forma particular de prática filosófica e a uma particular concepção de Ontologia.

I. INTRODUÇÃO

O escopo de Carnap em E.S.O. é conciliar com o organigrama do neo-empirismo, a recorrência, nesta ou naquela linguagem, a entidades abstractas (1950, 206)*. A tese central aí defendida é que tal recurso não implica a aceitação duma *ontologia platónica* (ibid.). Não implica, mais genericamente, qualquer *teoria metafísica* (realista ou nominalista, v.g.) relativa à realidade ou existência daquelas entidades.

* Ao longo do texto todas as referências bibliográficas mencionam a data das 1.^{as} edições das obras. As páginas indicadas (2.^a série de dígitos) respeitam contudo às edições que na Bibliografia se diz terem sido utilizadas.

Razão por que Carnap erige esta problemática. Nos vários discursos científicos fala-se muitas vezes em entidades abstractas como números, proposições, electrões, campos magnéticos, etc., sem que elas possam ser experienciadas como «imediatamente dadas pela sensação ou qualquer tipo de intuição racional.» (id., 220). Num primeiro relance, portanto, essas entidades colidem com o organigrama do neo-empirismo, em particular com a exigência da verificabilidade ou confirmatividade (1). De resto, elas podem imiscuir-se também no âmbito da Semântica. O próprio Carnap, em *Meaning and Necessity* (1947), equacionou o chamado método das extensões e intensões, e admitiu como entidades genuínas (com objectividade todavia diversa da relativa às coisas) *quid's* como os conceitos individuais, as propriedades e as proposições (respectivamente denotados por constantes individuais ou descrições, por predicados e frases declarativas). Ora, segundo Ayer (1982, 158-9), E.S.O. destinar-se-ia mesmo a responder a uma virulenta crítica que Ryle efectuou a esta perspectiva carnapiana (2). Não obstante, como já se pôde depreender, o ensaio em análise tem um alcance mais amplo que o envolvido em meras questões semânticas. Trata-se da aceitabilidade «ontológica» (embora num certo sentido...) das entidades abstractas em geral.

É certo que muitas delas (se não todas) poderão ser «eliminadas» através duma tática nominalista. Considerar-se-á v.g. a matemática como um puro cálculo não interpretado, e nela apenas se lidará com símbolos e fórmulas em vez de classes, números ou funções (Carnap, 1950, 205). Esse procedimento, contudo, implica a adopção duma forma particular de linguagem em detrimento de outras possíveis, quando, como princípio-guia inerente a toda a sua problemática, Carnap assume o *princípio da tolerância ou convencionalidade*. Ou seja. O direito de usar todas as formas cogitáveis de linguagem, desde que elas cumpram algum desígnio estratégico-teórico (3). Subsiste portanto a questão inicialmente insinuada. Se acaso os adeptos do neo-empirismo, como é razoável admitir, não pretendem excluir *a priori* formas de linguagem eventualmente dinamizadoras do «progresso científico» (1950, 221).

Pois bem. A solução avançada por Carnap só poderá ser cabalmente elucidada com base na dicotomia *questões externas* / *questões internas* que ele aliará a qualquer *Paradigma Linguístico* (doravante a designar por PL). Podemos no entanto, desde já, fornecer o seu limiar pré-compreensivo. A compatibilidade neo-

-empirismo — entidades abstractas assentará basicamente no seguinte:

A) Na adopção por parte do filósofo de um «convencionalismo apriorista» segundo o qual qualquer género de entidades é correlativo de formas de linguagem (=PL's) construídas por motivos estritamente pragmáticos. A construção e uso de uma forma de linguagem não se baseia nem tem que basear-se na constatação evidencial prévia da realidade ou existência das respectivas entidades (⁴).

B) Na assunção concomitante de que ao construir-se ou aceitar-se uma dada forma de linguagem se *aceitam* as correspondentes entidades como *designata* possíveis (1950, 217). Essas entidades que então se assume existirem, no entanto, nem por isso existem ou são reais num sentido ontológico-metafísico (a-paradigmático).

Como consequência de A) e B) tem-se que só se aceitam entidades em função de um qualquer PL, sendo a existência dessas entidades de natureza convencional. É possível efectuar asserções sobre elas mas não determinar o seu estatuto supostamente «naturalista». Como Carnap explicava em *Meaning and Necessity* (1947, § 10, 43): — uma vez construído e aceite um PL para os números, será possível, *adentro dele*, asserir qualquer coisa como «existe um *m* entre 7 e 13 que é um número primo». O conceito de existência aí envolvido, porém, «nada tem a ver com o conceito ontológico de existência ou realidade.» (ibid.). Kalinowski (1985, 119) explicita correctamente: — trata-se então somente duma «existência ao reconhecimento da qual nos obrigam, sob pena de incoerência, as regras da linguagem que adoptámos.». Trata-se em suma de algo de que podemos falar, e falar cognitivamente, «em acordo com as possibilidades da linguagem previamente construída *a priori*.» (id., 125)). Assumir-se-á assim a existência meramente *analítica* (e *internalista*) de géneros de entidades abstractas. Depois de construídos os respectivos PL's. Antes e independentemente destes nenhum sentido terá falar de tais entidades (de modo cognitivo).

Dito isto podemos concluir o seguinte:

1) Sendo infixável a natureza metafísica das entidades abstractas, e tendo em conta o princípio de tolerância que governa a sua «constituição», elas não passam de puros «expedientes linguísticos» (Norton, 1977 a, 84), ou possuem um mero carácter

utilitário e eficaz com vista à «análise da realidade.» (Largeault, 1971, 333). Isso mesmo o deixa entrever Carnap em E.S.O.: — visto que a sua aceitação se reduz à aceitação pragmática das respectivas formas de linguagem (1950, 214), a sua funcionalidade «ontológica», tal como a destas, resume-se efectivamente a uma eficacidade instrumental (1950, 221). Ou melhor: teórico-cognitiva.

2) Elas não colidem então com os princípios do neo-empirismo, nomeadamente com a tenaz alética do analítico/sintético. É que se as entidades abstractas são correlativas de PL's construídos, a construtibilidade destes é restringida (apesar do princípio de tolerância), pela possibilidade de aduzirem métodos de aletização — sejam eles de cariz lógico-analítico ou factual-sintético (Kalinowski, 1985, 117-18). Se encaradas internalisticamente a um PL, as entidades abstractas estarão sempre ao serviço dos referidos métodos. Intervirão, por via conceptual, em enunciados analíticos ou sintéticos efectivamente aletizáveis.

A dilucidação cabal do que se acaba de afirmar em 2) só poderá ser efectuada, como já sugerimos, quando adiante se delimitar, a propósito de qualquer PL, a dualidade das questões internas/externas. Mas resumamos e antecipemos desde já. Pelo facto de se recorrer numa linguagem ou teoria a entidades abstractas não são necessariamente transgredidos os limites da cognitividade possível. Somente o serão, como Carnap já indicava em *Meaning and Necessity* (1947, § 5, 22), se acaso as *hipostasiarmos*. Neste sentido. Se a respeito delas colocarmos questões como: têm elas uma «subsistência independente?»; «estavam elas na mente de Deus antes de se terem tornado manifestas nas coisas?»; «residem elas num lugar 'celestial'?». As respostas a questões deste género, adianta o filósofo, redundarão forçosamente em pseudo-enunciados sem qualquer conteúdo cognitivo — nem falsos nem verdadeiros (ibid.). Tais questões sim. Ultrapassam o domínio do analítico/sintético, da cientificidade, da cognitividade possível. E temos nelas indiciado o estatuto do que serão as *questões externas*. A indagação de um tipo de realidade ou existência que escapa às asserções efectuáveis pelo simples uso das regras de qualquer PL (de funcionalidade sintética ou analítica).

Sintetizando esta primeira abordagem da questão carnapiana temos em suma que: a) a aceitação das entidades abstractas não colide com os princípios do neo-empirismo porque elas possuem um estatuto instrumental e convencional (podendo todavia ser

objectos de cognitividade analítica ou sintética); b) porque a aceitação de um género dessas entidades tomba no domínio duma *analiticidade internalista* no âmbito deste ou daquele PL (admitido que ele seja de cariz científico); c) porque aceitar tais entidades, se confrontado isso com os vectores ontológicos clássicos, equivale apenas a aceitar as próprias formas de linguagem à luz de cujas regras elas foram «construídas» por meras questões teórico-pragmáticas (5).

Uma ilação se liberta entretanto desta panorâmica de base, e em particular das assunções A) e B) anteriormente referidas. Se, como admite Carnap, as entidades abstractas são solidárias de PL's construídos *a priori* por motivos pragmáticos e não «naturalistas» (mesmo as coisas o serão, como veremos), tem-se que o filósofo reduzirá todas as questões «ontológicas» ou filosóficas respeitantes a essas entidades a questões adstritas a decisões puramente «linguísticas» (embora num campo de radical abertura ou heterogeneidade, devido ao princípio de tolerância). Por outras palavras. Seguindo linhas teóricas provindas do «atomismo lógico» de Russell e Wittgenstein, bem como do «Círculo de Viena» (de que ele mesmo fez parte), para Carnap a filosofia não será propriamente uma teoria, mas de facto apenas isso: — uma prática incidente sobre linguagens-objecto ou sobre formas de linguagem (6). Essa perspectiva já estava presente em ensaios de 1930/1 a 1934, mas revela-se com uma acuidade inusitada em *Logische Syntax der Sprache*, aí onde, sob um prisma ainda exclusivamente sintáctico, a filosofia é reduzida à «*sintaxe da linguagem da ciência*» (1934 c, § 2, 7). É entretanto reassumida em *Introduction to Semantics* (1942, § 39, 250), mas agora sob uma óptica mais ampla porque *semiótica* (sintáctica, semântica e pragmática). Como nos diz então: — «*a tarefa da filosofia é a análise semiótica; os problemas da filosofia não concernem à natureza última do ser (of being) mas à estrutura semiótica da linguagem da ciência, incluindo a parte teórica da linguagem quotidiana.*». Quer dizer (e extravasando a estrita problemática das entidades abstractas). Para além das questões dirimíveis cientificamente, há as questões filosóficas (embora não desligáveis daquelas). Estas são de cariz meta-científico ou apenas incidem sobre linguagens e formas de linguagens.

Esta perspectiva, como explicitaremos ulteriormente, reflecte-se inteiramente em E.S.O., assumindo a forma daquilo que Brian Norton designa por «*perspectiva hierárquica da filosofia*» (Norton,

1977 a, 30-1). Baseada na distinção axial linguagens-objecto/meta-linguagens, uma tal perspectiva, como nos indica ainda Norton (1977 b, 66-7), coliga-se de perto com a forma particular do *linguistic turn* que Richard Rorty apelidou de *nominalismo metodológico*. Caracterizar-se-á este pela assunção de que todas as questões ancestralmente colocadas pelos filósofos acerca de «conceitos, universais subsistentes ou 'naturezas'», e que não possam ser respondidas através de *indagações empíricas*, a serem contornáveis de algum modo, é «pela resposta acerca do uso de expressões linguísticas e de nenhuma outra maneira.» (Rorty, 1967 b, 11). Em E.S.O. é sem dúvida uma posição deste género que está presente. Mas por relação a tudo aquilo que escape à grelha do analítico/sintético: — ao domínio da cognitividade possível (⁷).

Pois bem. Tal perspectiva de Carnap pode muito bem ser considerada redutora ou problemática. E daí algumas críticas de que foi alvo. Uns reponham precisamente o facto de ele pretender resumir todos os problemas filosóficos a questões estritamente «linguísticas» (Klemke, 1970, 296; Kane, 1967, 166). Outros, como Ferrater Mora, entendem que com o Paradigma dos PL's equacionado em E.S.O. o filósofo acaba por excluir a possibilidade de colocar certas questões ontológicas primordiais (Mora, 1967, 129-30). Mas há também quem valorize a óptica acima circunscrita, e a enquadre mesmo em rumos da tradição filosófica. Considera Norton (1977 a, 17-26) que Carnap nos delimita um «sistema meta-ontológico» a cuja luz, todavia, é possível detectar as assunções existenciais e ontológicas que se manifestam nos discursos. E Joëlle Proust entrevê mesmo nos escritos do filósofo (por analogia com Kant), um *sistema de constituição* e uma Dialéctica, a par de uma Filosofia Primeira destinada a «exibir o fundamento da legitimidade do discurso científico na sua universalidade.» (Proust, 1986, 392).

Não é nosso objectivo dirimir explicitamente estas interpretações críticas ou valorativas. Pela nossa parte, e sem deixar de reter algumas delas, intentaremos evidenciar que em E.S.O. se ostenta (embora de forma implícita), uma concepção de «ontologia» predominantemente entendida como *tecnologia das formas linguísticas* (dos PL's). Ou melhor: *uma onto-logia ou tecnologia*. E isso sob um prisma simultaneamente sintáctico, semântico e pragmático. Ainda que, sem dúvida, no horizonte de um clima exasperadamente anti-metafísico (⁸).

É tempo, entretanto, de circunscrevermos o que seja um PL segundo Carnap, bem como a dualidade de questões a ele associadas: as questões internas e as questões externas.

II. PARADIGMAS LINGÜÍSTICOS

Em E.S.O. Carnap fornece exemplos de PL's relativos ao mundo das coisas, ao sistema dos números, das proposições, das propriedades, das coordenadas espaço-temporais, e considera finalmente o caso das entidades abstractas de índole semântica. Apesar da sua diversidade, como já se disse, todos eles se destinam a exercer uma funcionalidade cognitiva analítica (baseada em métodos lógicos) ou sintética — baseada em métodos empíricos (1950, 206). Além disso todos eles são apresentados como *sistemas formais interpretados*. Isto porque, como em breve veremos, para cada um deles é exactamente fixado o género de entidades que recobrirá. Cada um deles, em suma, conterà regras de formação, de designação, de verdade e transformação dos enunciados (por este último facto se apresentando também como um *sistema aberto*). Que se trate de sistemas formais interpretados ou «não-vazios», é algo liminarmente relevante. Isso é que implica que, uma vez construído e aceite um PL, a *existência internalista* do respectivo *género de entidades*, seja uma questão trivial e analítica (1950, 209, 217).

Entretanto. Se é certo que um PL tem de ser expressamente construído para que nele se revele o género de entidades que se aceita, não menos certo que a sua construção deve obedecer a dados quesitos. Assim, v.g., numa linguagem podem ocorrer *nomes* designadores destas ou daquelas entidades, que isso, antes da introdução expressa de determinado PL, não funciona como signo de que se assume existirem essas entidades (id., 213). Por outro lado, para a construção de um PL e para que ele funcione como um «mostruário ontológico», é preciso recorrer a duas «*démarches*» fundamentais. «Primeiro, a introdução de um termo geral, um predicado de ordem superior (*higher level*) para o novo género de entidades, que nos permita dizer de qualquer entidade particular que ela pertence a esse género (e.g., 'Vermelho é uma *propriedade*', 'Cinco é um *número*'). Segundo, a introdução de variáveis de novo tipo. As novas entidades são valores dessas variáveis; as

constantes (...) são substituíveis pelas variáveis. Com o auxílio das variáveis podem ser formuladas frases gerais relativas às novas entidades.» (id., 213-4).

Tem-se assim que as variáveis de um PL, juntamente com o termo geral que as recobre e indica os seus possíveis valores, é que funcionam como os autênticos índices da aceitação e existência internalista de entidades de um género particular. Neste exacto sentido é que deve ser entendida a afirmação carnapiana de que a *aceitação de um novo género de entidades* «é representada na linguagem pela introdução de um paradigma de novas formas de expressões a serem usadas em acordo com uma nova série de regras.» (1950, 213). Estas regras, em geral, serão de cariz sintáctico, semântico e pragmático (⁹). E em virtude delas, como dissemos, é que qualquer PL será um sistema formal interpretado e funcionará como um instrumento cognitivo *sui generis*.

Dito isto duas observações se impõem neste momento. Como já se pôde deprender, vários PL's podem ser intercalados numa linguagem. E depois. Não se deve ilacionar que o termo «linguagem», insistentemente usado por Carnap, exclui uma dimensão teórica. Donde. Vários PL's podem ser também absorvidos numa Teoria. Neste caso ela terá de dispor de n termos gerais, de correspondentes estilos segregados de variáveis — v.g. para os objectos materiais, números e coordenadas espaço-temporais —, e de regras específicas (ainda que algumas de carácter geral) para cada género de entidades a que se refira ou que manipule (ver a propósito Norton, 1977 a, 100). Generalizando. Cada Teoria, consoante o desígnio teórico-cognitivo que vise, assim terá de construir e organizar o seu PL (ou os seus PL's). Dessa organização — onde assume relevância especial o modo de segregar as variáveis —, depende a maneira como nela se recortam, individualizam e diferenciam os «objectos» do mundo. Objectos, afinal, sempre constituídos ou construídos duma forma peculiar.

Depois de assim delineado o organigrama geral dos PL's e o modo como eles podem funcionar teoreticamente, um ponto merece ser realçado. Como sabemos qualquer PL é um *construído pragmático*. Sabemos também que a sua introdução numa linguagem ou teoria não se legitima pelo facto de ser *justificável* por uma evidenciação ontológica prévia da realidade ou existência das respectivas entidades (1950, 214). Mais ainda. A referida introdução (de novas maneiras de falar) «não necessita de qualquer

justificação teórica porque não implica nenhuma asserção de realidade.» (ibid.). Pode não obstante «ser influenciada por conhecimento teórico», nomeadamente relacionado com a «eficiência, fecundidade e simplicidade» disso mesmo que se vai introduzir ou construir (id., 208). Donde. Se razões há que justifiquem um PL serão razões estritamente pragmáticas. E ainda. Se qualquer PL é um construído pragmático, e pragmático-convencional, as respectivas entidades só poderão ter idêntico estatuto: — entidades convencionais e pragmaticamente construídas. Logo. A construção e aceitação de um PL, como mantém Carnap, não implica efectivamente que as entidades *ipso facto* também aceites, sejam entidades reais, existentes em sentido naturalista ou em sentido ontológico-metafísico. De uma posição de base convencionalista e neo-empirista (como é a do filósofo), é improcedente passar para teses existenciais não-convencionais e de índole trans-empírica.

Afluímos assim às questões internas e às questões externas por Carnap indexadas a qualquer PL. As entidades de que chegamos a falar estão sempre dependentes de um certo *fiat linguístico*. Sem este nunca nos referiríamos a números, classes, proposições, a entidades abstractas em geral e mesmo a «coisas» (porque em vez de a coisas poderíamos só referir-nos a agregados de *sense data*, de qualquer modo as tendo de «individualizar» categorialmente). Por isso, porque as entidades que podem funcionar como objectos dos nossos discursos têm de ser «instituídas» a partir duma «in-existencialidade pré-linguística» pelo menos amorfa ou plurívoca, é que surgem as questões externas a par das questões internas. Ou como diz Carnap: surge a necessidade de discernir entre «duas espécies de questões relativas à existência ou realidade das entidades.» (1950, 206).

Assim se explica o filósofo. Se alguém expressamente, na sua linguagem, pretende falar de *um novo género de entidades*, «tem de introduzir um sistema de novas maneiras de falar, sujeito a novas regras; diremos que este procedimento consiste na construção de um *paradigma* linguístico para as novas entidades em causa. E então deveremos distinguir dois géneros de questões de existência. Primeiro, questões relativas à existência de certas entidades do novo género *dentro do paradigma*; — chamar-lhes-emos *questões internas*. Segundo, questões relativas à existência ou realidade *do sistema de entidades como um todo*, chamadas *questões externas*.» (ibid.).

Exemplos de questões internas: «O Rei D. Carlos vive actualmente?»; «Os unicórnios são reais ou meramente imaginários?»; «Há um número primo maior do que 1.000?»; «A classe A é logicamente equivalente à classe B?», etc. *Exemplos de questões externas:* «O mundo das coisas é real?»; «Os números são reais ou existem?»; «São reais ou existem as classes?», etc.

Enquanto as questões internas são «pontualistas», as questões externas são «globalistas». Enquanto as primeiras são de índole científica, as segundas são «questões filosóficas incidentes sobre a existência ou realidade do sistema total das novas entidades.» (1950, 214). Se é permitido asserir internalisticamente (depois de construídos os respectivos PL's) que existe um número ou electrão com estas ou aquelas propriedades, já será impermitido asserir (a-paradigmaticamente) que existem ou são reais os números ou os electrões. E muito menos, *a fortiori*, afirmar qual o seu tipo de existência ou realidade. Temos de facto dois tipos de questões existenciais, não sendo um deles de natureza teórico-cognitiva (nem analítica nem sintética). A razão porventura mais liminar dessa dualidade reside no seguinte. Carnap pressupõe que é impossível aceder cognitivamente a *um puro exterior a-paradigmático-linguístico* onde se possa falar do ser-como-ser «numeralista» de quaisquer espécies de entidades. Além de que, sendo os PL's instrumentos duma indefinitiva construtibilidade objectual e enunciativa (pelo menos alguns), é de admitir que nunca há a garantia de estarmos em presença «do sistema total das novas entidades» para sobre ele asserir seja o que for.

Mas consideremos mais amiúde as questões internas/externas, para de novo examinarmos a compatibilidade ou não dos princípios neo-empiristas com a recorrência a entidades abstractas.

As novas formas de expressão e *regras* de um PL (que podem consistir, inclusive, em leis ou hipóteses científicas, métodos de confirmação, axiomas ou *postulados* onde se forneça a *definição implícita* de certos termos), permitirão responder, como já foi dito, às questões internas. Seja através de métodos puramente lógicos, seja através de métodos empíricos: — consoante o PL seja de índole lógico-matemática ou factual (1950, 206). Nessa possibilidade é que se manifestará o carácter prático ou instrumental (*mas cognitivo*) do próprio PL. No caso das entidades abstractas representadas por conceitos que ocorram em enunciados decidíveis aleticamente através de procedimentos analíticos, nenhuma colisão

se descortina com o organigrama do neo-empirismo (tenha-se em conta as assunções carnapianas avançadas na Secção I). O mesmo, ao menos num primeiro relance, não se dirá das entidades abstractas representadas em enunciados a serem aleticamente decidíveis de modo sintético. É que estes terão forçosamente de ser confirmados pela experiência, mas as referidas entidades não são directamente observáveis ou dadas a qualquer receptividade sensorial. Em E.S.O. Carnap não considerou expressamente este problema, limitando-se a manter que uma asserção internalista relativa v.g. a electrões, deve ser justificada por «evidência empírica.» (id., 218). Contudo, em 1963 b, 876-7, oferece-nos uma via de solução. Referindo-se a entidades inobserváveis como átomos e electrões, afirma que os respectivos conceitos não podem ser introduzidos na linguagem da ciência com base em predicados de observação e através de frases de redução (*reduction sentences*). Podem no entanto ser introduzidos «como termos teóricos» e por meio de *postulados*. Isso feito, serão esses termos ulteriormente coligáveis a «termos observacionais» através de «regras de correspondência». Mais não adianta então o filósofo, mas tentemos explicar. Aqueles ou outros termos do género são *definidos implicitamente* pelos *postulados* de dada teoria científica, e as regras de correspondência, sem consistirem na sua definição explícita ou aduzirem uma observacionalidade directa para os enunciados em que eles intervenham, fornecem todavia, v.g. com o auxílio de parafernalias laboratoriais, *índices* que permitem confirmar ou infirmar tais enunciados. Encontra-se pois, também por este lado, salvaguardado o organigrama do neo-empirismo, ainda que sobre um fundo geral de *convencionalidade* ⁽¹⁰⁾.

Passemos agora às questões externas. Estas, se pretensamente respondidas a modo teórico-cognitivo, já colidiriam com o referido organigrama. Por um lado, como já fizemos entrever na Secção I, elas têm a ver com uma problemática próxima da ancestral querela dos universais. Por outro lado, imiscuem-se também na asserção da simples realidade ou existência deste ou daquele género de entidades (realidade ou existência «naturalista»). Se sob o primeiro ângulo elas escapam a qualquer cognitividade possível, sob o segundo não se furtam menos a ela. Reinvoquemos a razão principal. Uma vez assumido, como assume Carnap, que só se pode falar de entidades dentro e a partir de um PL que é simultaneamente algo de construído e de convencional, como se

pode falar delas sem ser de um modo convencional e construtual? Admitida uma tal assunção nunca se poderá efectivamente afirmar que um *sistema de entidades* existe ou é real de um modo naturalista, numenal, absolutista, a-paradigmático (*externalista*).

É pois impossível responder cognitivamente às questões externas. Pretender o contrário (para além de se transgredir a grelha do analítico/sintético), equivaleria a efectuar asserções sobre a existência ou realidade (e seu tipo metafísico) de um género de entidades, como se estas tivessem uma subsistência ontológica absolutista e não relativista (e uma subsistência detectável no seu exactíssimo ser-como-ser). Como se essas entidades existissem por si independentemente de qualquer «constituição» ou «construção» adentro de um PL, quando não é isso o que rigorosamente se passa. O que se passa inclusive, é que *um todo de entidades* tanto pode ser aceite como negado no horizonte de várias alternativas de construção em geral efectivadas pelos diversos PL's. Todos estes são convencionais e toleráveis. E assim. Se a asserção «existem números» é trivialmente analítica uma vez construído e adoptado o PL dos números (considerada então como asserção interna), já essa mesma asserção, se veiculada antes e afora da construção e aceitação do referido PL, será uma asserção tipicamente filosófica (no mau sentido: metafísico). Será carente de qualquer conteúdo cognitivo (1950, 209). Não só porque formulada no exterior de um PL, mas também porque, existindo vários PL's que entre si podem colidir «ontologicamente» (mesmo que todos respeitem aos «números»...), se apresentaria como uma asserção absolutista e contrária ao princípio de tolerância. Onde. A única escapatória, tendo em conta este último princípio, é desviar as asserções coligadas a questões externas para questões estritamente *práticas* (para a pragmatia plurívoca dos PL's). E assim teremos, para nos reportarmos ao exemplo dado, «o problema prático de incorporarmos ou não na nossa linguagem as (...) formas linguísticas que constituem o paradigma dos números.» (1950, 209). Ou então. O problema igualmente prático de incorporarmos ou não na nossa linguagem um tipo especial de formas e regras linguísticas para falarmos das *coisas* (id., 207). Em suma. Eis-nos envolvidos, quando enfrentamos as questões externas e a sua não-cognitividade congénita, no horizonte do *linguistic turn* ou do *nominalismo metodológico* carnapiano. Podemos discutir a eficácia e desiderabilidade de PL's ou formas de linguagem.

Todavia. Se passarmos daí para a enunciação de teses metafísicas acerca da realidade/irrealidade das respectivas entidades, ultrapassamos os limites da ciência e da cognitividade possível (Carnap, 1963 a, 19).

Em resumo. As questões externas, se não forem «dissolvidas» em questões pragmáticas relativas aos PL's (se acaso encaradas literalmente como externas), serão de facto questões estritamente metafísicas (a abjurar). Não apenas por se situarem além da tenaz alética do analítico/sintético (só operatória em função de um PL), mas também por transgredirem o princípio axial da tolerância⁽¹¹⁾.

Subsiste no entanto ainda um problema eventual por relação aos quesitos neo-empiristas. Se alguém aceita um PL de entidades abstractas, *ipso facto* aceita a existência internalista desse mesmo género de entidades. Não poderá por isso ser considerado um «platonista»? Segundo Carnap não, e na Secção I já se indiciou porquê. A aceitação de determinado género de entidades — mantém o filósofo —, nada mais significa senão a aceitação do correspondente PL ou forma de linguagem (1950, 214, 217-18). É através deste estratagema que se afirma que não pode ser acusado de se envolver numa metafísica platónica aquele que na sua linguagem introduza variáveis cujos valores sejam entidades abstractas de ordem superior (id., 215). Esta posição, é claro, não pode ser entendida no sentido de não se aceitar internalisticamente a existência de tais entidades. O que não se aceita é a sua existência a-paradigmática ou que se possa determinar cognitivamente o seu «em-si-mesmo». E assim: — «a aceitação de um paradigma linguístico não deve ser encarada como implicando uma doutrina metafísica relativa à realidade das entidades em questão.» (id., 214). Não implica enfim nenhuma *teoria* (acerca delas) enquadrável nas ancestrais respostas ao problema dos universais (id., 218). Encontram-se pois salvaguardados os quesitos neo-empiristas. Se, é claro, se admitir como correcta toda a plétora das assunções carnapianas...

Além de as entidades abstractas tombarem numa funcionalidade analítica ou sintética, será pertinente, de modo legítimo, discutir a plausibilidade, eficácia, etc., destes ou daqueles PL's. Não será enfim incompatível com o neo-empirismo (bem pelo contrário), a examinação ou proposta de formas de linguagem ou PL's com vista às diversas estratégias teórico-cognitivas. Sem isso, poderíamos concluir, o domínio da cognitividade possível acabaria

por se tornar monocórdico ou simplesmente estrangular. Neste sentido, afinal, se deverá entender a máxima que Carnap enuncia no final de E.S.O.: «*Sejamos prudentes ao proferir asserções e críticos ao examiná-las, mas tolerantes no que se refere à permissividade de formas linguísticas.*» (1950, 221).

III. OPACIDADES EXTERNALISTAS

Temos por adquirido que o Paradigma carnapiano dos PL's é regido pelo princípio neo-empirista da analiticidade/sinteticidade, e pelo princípio da tolerância ou convencionalidade das formas de linguagem. Só em acordo com esses dois princípios, juntamente, ao que supomos, com o *princípio do círculo vicioso* coligado à teoria dos tipos lógicos de Russell (imiscuída naquele Paradigma desde o momento em que nele se admitem variáveis de diversos tipos e ordens), é possível tornar plausível um caso aparentemente aberrante de questão externa: a realidade ou existência do *mundo das coisas*. Carnap desde cedo manteve, baseando-se no primeiro princípio acima, que tanto será um pseudo-enunciado afirmar que ele é real como irreal — no âmbito das teses realistas e idealistas quanto a essa matéria⁽¹²⁾. Isso porém colide com uma certa lógica do senso comum. A realidade do mundo das coisas — dir-se-á —, não depende de um *fiat linguístico*, e elas existiriam mesmo que ninguém existisse nem nenhum PL. E é assim que Mora (1967, 133-4), Kalinowski (1985, 119) e Klemke, entre outros, assacam a posição de Carnap quanto a este tópico. Klemke avança mesmo: a tese que «o mundo das coisas é real» não tem menos conteúdo cognitivo que a afirmação «há uma resma de papel sobre a minha secretária». Que «o mundo das coisas é real» — argumenta —, é que permite a verdade de «há uma resma de papel sobre a minha secretária» (Klemke, 1970, 290-2).

Pois bem. Presumimos que a perspectiva teórica de Carnap não é assim tão facilmente descartável. Em primeiro lugar (e além do eventual argumento da não-confirmatividade...), porque aquilo que o filósofo abjura é os usos filosófico-metafísicos (e a-paradigmáticos) das expressões «ser real» ou «ser existente». Em segundo lugar, deverá admitir-se, porque Carnap toma «realidade» (enquanto noção externa) no sentido daquilo que seria primeiro, fundamental entitativamente, básico ou independente⁽¹³⁾. Assim

sendo indagar-se-á desde logo. São fundamentais as coisas ou os *sense data* delas? As coisas ou as relações micro e macro-cósmicas que as suportam, alteram ou fazem desvanecer? Provavelmente não temos meios de responder teoricamente a estas alternativas. Podemos é construir ou deixar de construir um PL que nos permita falar das «coisas» (1950, 207), com isso nos imisquindo no horizonte teórico delineado na Secção anterior.

Entra portanto em cena o princípio de tolerância ou convencionalidade. Respondendo a objecções do género acima, Carnap insiste na rejeição (como pseudo-teses) das asserções realistas, solipsistas ou idealistas sobre o mundo exterior (teses ontológicas), dizendo que elas devem ser substituídas «por propostas ou decisões respeitantes ao uso de certas linguagens.» (1963 b, 869). Por exemplo: o realismo «é substituído pela decisão prática de usar uma linguagem reística» e o fenomenalismo «pela decisão de usar somente a linguagem fenomenalística (...); etc.» (ibid.). O filósofo, apesar disso, declara-se realista sem que isso o envolva numa tese ontológica realista: — é realista no sentido em que dá preferência a uma linguagem reística (id., 870). Contra Reichenbach, Russell, Einstein e outros cientistas para os quais o realismo era «a base indispensável da ciência», mantém que para a ciência o que é necessário é apenas «a aceitação duma linguagem realista», considerando que a tese da realidade do mundo externo é «uma adição vazia (*empty*) ao sistema da ciência.» (1963 a, 46). Contra o possível argumento que o facto de a linguagem reica (*thing language*) ser eficaz confirmaria e evidenciaria a realidade do mundo das coisas, Carnap responde: — o que esse facto evidencia é que «é aconselhável aceitar a linguagem reica.» (1950, 208).

Não se pode negar que, para Carnap, a opacidade da questão externa relativa à realidade do mundo das coisas (a tese realista como indefensável) repouse no facto de ela se furta ao esquema da confirmatividade ou infirmatividade. Mas repousa também no convencionalismo e relativismo das várias formas de linguagem introjectáveis num «mundo» que não é mais feito de coisas que de átomos, propriedades, relações, etc. (14). E repousa ainda, como já sugerimos, no princípio do círculo vicioso ou na teoria dos tipos. Neste sentido, em E.S.O., depois de afirmar que o «conceito de realidade» que ocorre nas questões internas referidas ao mundo das coisas «é um conceito empírico, científico e não metafísico» (1950, 207) — reconhecer algo como real, a esse nível, significa

incorporá-lo no «sistema das coisas (...) em acordo com as regras do paradigma» (ibid.) —, o filósofo lança mão do seguinte argumento (notoriamente «internalista»): «Ser real no sentido científico do termo significa ser elemento do sistema; por isso esse conceito não pode aplicar-se significativamente (*meaningfully*) ao próprio sistema.» (ibid.).

Ora, dada a premissa inicial, e se «sistema» denota *sistema linguístico*, é claro que «real» não pode aplicar-se a esse sistema. E se «sistema» denota *sistema das coisas mundanas* também não pode aplicar-se a este sistema. Com efeito, se «real», segundo a premissa, é igual a ser «elemento que pertence a dado sistema S», indagar se o próprio sistema é real equivalerá a intentar atribuir um valor de verdade à proposição auto-reflexiva «S é um elemento que pertence a S». Tombamos efectivamente no círculo vicioso equacionado por Russell: — será carente de sentido (um erro categorial) afirmar que um sistema pertence a si mesmo⁽¹⁵⁾. Entra pois em cena o princípio do círculo vicioso e sai dela a hipótese da confirmatividade (da tese realista: e ainda em função da premissa «internalista»), se bem que num horizonte que diríamos sobredeterminado pelo princípio da convencionalidade. Pois que a possibilidade de falar disto ou daquilo em particular depende ela mesma do uso de um PL apropriado que não é menos convencional ou relativo do que outro qualquer.

Em suma. Por tudo isto mantém Carnap que a aceitação da forma de linguagem reica conduz também, com base em observações efectuadas, à aceitação, crença ou asserção de certos enunciados. Mas no entanto: — «a tese da realidade do mundo das coisas não pode figurar entre esses enunciados, uma vez que não pode ser formulada na linguagem reica, ou, afigura-se, em qualquer outra linguagem teorética.» (1950, 208). Pois não. Que mais não fosse porque o *mundo* não é *uma coisa* (segundo os pressupostos carnapianos, é claro).

Este caso de opacidade última de uma questão externa enquanto só externamente dimensionada é significativo. Por um lado porque é generalizável. A argumentação anterior vale para qualquer género de entidades. A resposta à questão «há tal género de entidades?» (incluindo o das coisas) será sempre uma resposta afirmativa, «analítica e trivial», uma vez *aceite* a respectiva forma de linguagem (1950, 207-08, 209, 217). *Aceita-se* então a existência internalista de tal género entitativo (condição para formular enun-

ciados analíticos/sintéticos sobre entidades particulares incluíveis nesse género: consoante a natureza do PL), mas isso não significa que por isso se assira ou se possa asserir a *realidade* (externa) do correspondente *sistema de entidades* — em si mesmo considerado ou na sua numenalidade (ibid.). Donde. Se tal aceitação é sempre uma questão analítica e trivial, não se pode reduzir uma «lógica da aceitação» a uma «lógica da asserção». Logo. Enquanto só externamente dimensionadas (ou dimensionáveis), as questões externas relativas a qualquer género de entidades são todas elas questões cognitivamente opacas. E mesmo se internalizadas: — a *tese da realidade* de um *sistema de entidades* enfrentará como obstáculo à sua formulação (se adoptada uma premissa «internalista» idêntica à utilizada para o *mundo das coisas*), o princípio do círculo vicioso. A referida opacidade, por outro lado, é significativa, porque implica que, contrariamente ao que defende Quine (1951 b), a dicotomia carnapiana das questões externas/internas não se deixa resumir à dualidade analítico/sintético — nem há meio condigno de a neutralizar. Como já se pôde depreender, o binómio analítico/sintético só recobre as questões internas, ou as externas enquanto internalizadas em termos de *aceitação* (e sem laivos metafísicos), mas não as externas em si mesmas consideradas (a este nível o binómio é inaplicável).

Consideremos no entanto a perspectiva de Quine, que se con-substancia numa crítica global ao Paradigma carnapiano dos PL's.

A) Numa primeira linha de argumentação Quine defende que a distinção de Carnap (interno/externo) pode ser relativizada ou volubilizada. Pôr do mesmo lado da dicotomia, ou em lados opostos, enunciados como «há objectos físicos» e «há cisnes negros», depende «da consideração assaz trivial de usarmos um ou dois estilos de variáveis para os objectos físicos e classes.» (1951 b, 208). Para estabelecer a dicotomia, prossegue Quine, Carnap adoptou a teoria lógica dos tipos de Russell — e a correspondente segregação das variáveis para diversos domínios objectuais —, mas numa teoria lógica como a de Zermelo ou consonante com a sua (de Quine) *teoria da estratificação* — onde as diferenças tipológicas são niveladas e as variáveis não são segregadas —, a dicotomia acaba por se desmoronar ⁽¹⁶⁾. Colocar-se-á do mesmo lado (internalista) tanto a aceitação dos números, dos objectos físicos, das entidades abstractas em geral, como «a questão de existirem cisnes negros e números primos acima de cem.» (id., 209). Bom. Já por

aqui se pode entrever, a *contrario*, como o Paradigma carnapiano dos PL's está coligado a vectores pragmáticos e de ordem tecnológica. Mas além disso. A perspectiva de Quine não conflui com a de Carnap porque se afigura válida apenas para sistemas não interpretados, enquanto a deste visa recobrir *sistemas formais interpretados*. A este nível, naturalmente, subsiste a dicotomia interno/externo e as entidades acima referidas terão diferentes estatutos.

B) Numa segunda linha de argumentação Quine considera que para Carnap manter a sua dicotomia lhe bastaria recorrer à dualidade analítico/sintético (1951 b, 210). Isso lhe bastaria para discernir entre enunciados relativos a existencialidade empírica como «há cisnes negros» e enunciados tidos por ontológicos como «há objectos físicos», «há classes», «há números», etc. — que «são analíticos ou contraditórios no quadro duma linguagem.» (ibid.). Todavia Quine recusa que exista uma clara partilha entre enunciados analíticos e sintéticos. Donde. Recusa também por este prisma a distinção entre questões internas/externas (absolutizada, pelo menos), e, logo, a separação entre questões científicas e questões filosóficas (17).

Não é nosso propósito dirimir a polémica Quine vs Carnap. Apenas pretendemos vincar que não é correcta a afirmação do primeiro que bastaria ao último recorrer à dualidade analítico/sintético para manter a dicotomia externo/interno. Como se pode entrever pelos exemplos em B), Quine apenas considerou as questões externas enquanto trivialmente internalizadas. As externas propriamente ditas (ou em sentido estrito), essas, como já sugerimos, nem são analíticas nem sintéticas. São de facto cognitivamente opacas. Para as demarcar, as respostas a elas têm de ser encaradas como espécies de *juízos absolutos a priori* (mas inteiramente vácuos cognitivamente).

Em resumo. Quer a segregação de domínios de entidades em campos constituídos por *termos gerais*, quer a adopção de variáveis diferenciadas para cada desses domínios, são estratégias tecnológicas de Carnap para manter precisamente isso: — a demarcação precisa de questões que se consideram como externas, e a sua opacidade cognitiva última. Cada termo geral de um PL é supostamente o termo mais elevado tipologicamente para as espécies de entidades que subsume, e, como os vários PL's são estanques (ainda que possam coexistir numa Teoria), nunca esse termo geral poderá ser recoberto por um outro em cognitividade teórico-

-ontológica. Temos assim a opacidade ontológica das questões externas. Mas também a sua operacionalidade *desviada*. Vistas bem as coisas, ela é a base em que Carnap faz repousar a deslocação das questões metafísicas e filosóficas (em sentido clássico), para uma dimensão meta-teorética e meta-linguística (relativa à proficuidade de várias formas de linguagem). Recorrendo a motivos pragmáticos e de ordem tecno-lógica, Carnap abre um *topos* próprio para um certo tipo de actividade filosófica. Para o *nominalismo metodológico*. Mas não só isso. Também para uma forma *sui generis* de «ontologia» internalista, se bem que sobredeterminada tecno-logicamente. Para uma onto-logia ou tecno-logia.

A propósito entendemos apropriado realçar o seguinte. A distinção carnapiana entre ciência e filosofia, bem como a reconversão desta à forma do *linguistic turn*, seria algo de implausível se o filósofo não mantivesse a tese da *opacidade cognitiva última de todas as questões externas*. Sem esta, no mais, seria incompreensível o tipo de dinamismo anti-metafísico que repassa E.S.O.

IV. ONTOLOGIA

Carnap não encara com bons olhos o termo «Ontologia», para tal invocando as suas ressonâncias metafísicas (1947, § 10, 42-43). É porém efectivamente vislumbrável no seu Paradigma dos PL's uma espécie particular de Ontologia. Não, é claro, no sentido mais ou menos clássico de teoria das realidades essenciais ou do Ser em geral, mas no sentido de conjunto de entidades que podem ser reconhecidas como objecto do discurso. Isso está implícito na correlação por ele admitida entre aceitação de um PL e aceitação do respectivo género de entidades (bem como das possíveis *instâncias* deste). Todavia. Como os PL's são construídos com fins pragmáticos e sem qualquer «suporte naturalista», óbvio é concluir que a ontologia neles implicada só pode ser uma *ontologia estritamente fenoménico-pragmática*.

Neste quadro, e em acordo com a preponderância das variáveis no esquema geral dos PL's, Carnap aceita a máxima de Quine «ser é ser valor duma variável.» (Quine, 1948, 15). Tal como este, entende que o utente duma linguagem se engaja com a «existência» internalista dos objectos que tombem adentro do domínio de valores das variáveis dessa linguagem (cf. Quine, 1943, 82;

Carnap, 1947, § 10, 42). Aceita essa perspectiva de Quine, mas com a ressalva (de nós já sabida) que o conceito de existência aí envolvido «nada tem a ver com o conceito ontológico de existência ou realidade.» (1947, § 10, 43). E assim, colocadas de parte quaisquer prismáticas essencialistas ou absolutistas dos objectos que numa linguagem (ou Teoria) se aceitam, e considerados os modos como se podem dispor nela os diversos estilos de variáveis, temos a onto-logia de Carnap intimamente aliada a uma tecno-logia (até porque os PL's são construídos e construíveis de várias maneiras). O filósofo não deixa de explicitar tal pendor tecno-lógico. O uso de certos tipos de variáveis — diz-nos ele —, não se baseia em convicções metafísicas, mas «é uma decisão prática semelhante à escolha de um instrumento» (1947, § 10, 43). No caso, a forma de linguagem é esse instrumento. A sua escolha conveniente para o domínio da Física, da Matemática, etc., pode envolver problemas substancialmente diversos que os envolvidos na escolha de uma peça para qualquer artefacto técnico. Ambas essas escolhas, contudo, «são problemas de engenharia» (ibid.).

A tecno-logia ontológica tem enfim a ver, antes do mais, com a construção dos próprios PL's, com fluxos metalinguísticos da sua discutibilidade, e, inclusivamente, com questões semânticas (1947, § 10, 44). O que se dirá ser-como-ser (ou como tal se aceita) depende pois de «arranjos de engenharia». Como consequência deles os PL's, uma vez agenciados aleticamente, são uma espécie de «mostruário» onde se darão a ver compromissos existenciais e «ontológicos». Mas no entanto. Por tudo quanto já se explanou, sabemos perfeitamente que nesse mostruário jamais se deixarão ler teses metafísicas referentes às entidades admitidas. No âmbito da onto-logia internalista de Carnap não cabem nomeadamente as questões ou enunciados externos enquanto externos.

Há entretanto um outro tipo de Ontologia detectável no Paradigma carnapiano dos PL's, um tipo de ontologia interpretável como *Filosofia Transcendental* (em analógico sentido kantiano). Joëlle Proust (1986, 269-395, 399-427) evidenciou essa faceta nas posições do filósofo, embora tomando só por referência «filosofemas» veiculados em *Logische Syntax der Sprache* (doravante L.S.S.). Na *Sintaxe Lógica* (ou *Lógica da Ciência*) equacionada nesta obra, lobriga Proust tanto um *Sistema de Constituição* (axiado na dualidade analítico/sintético) que estabelece «as condições de possibilidade da cientificidade» (id., 392), como uma

«Dialéctica da Sintaxe Pura» destinada a eliminar os erros da metafísica clássica (id., 378). A versão do Transcendental, contudo, é em L.S.S. (e à diferença de Kant), de cariz linguístico-formal e não psicologista (id., 422). São as regras de formação e transformação dos enunciados que exercem a função transcendental e substituem «as formas e conceitos *a priori*» kantianos (id., 392). Por outro lado, ao nível da Dialéctica, serão as chamadas *palavras universais* (Allwörter) a base soberana da Sintaxe enquanto «instrumento crítico» (id., 286).

Vale a pena demorar-nos um pouco nas *palavras universais* tal como delimitadas em L.S.S., pois que elas são o análogo dos *termos gerais* dos PL's em E.S.O. Trata-se de palavras como «coisa», «facto», «propriedade», «número», etc., as quais exprimem uma propriedade ou relação «que pertence analiticamente a todos os objectos de um género.» (Carnap, 1934 c, § 76, 293-4). Podem ter dois usos, um dos quais «metafisicizante». Se usadas como *símbolos auxiliares* ou *índices* especificadores dos valores das variáveis de dada linguagem (ou do género sintáctico das respectivas palavras e expressões), nenhuma viciosidade daí advirá (id., 294-5). Se usadas como *expressões independentes* ou no chamado *modo material de falar*, teremos uma ocorrência ontologicamente falaciosa. Parecendo que se está a falar de objectos (da sua natureza, etc.), o que subrepticamente se faz é falar-se de palavras, frases ou do tipo de certa forma de linguagem (id., § 77, 297, § 80, 308-9). O modo material consiste enfim em frases *pseudo-objectuais* ou *quase-sintácticas* geradoras de falsas querelas metafísicas se não se operar a sua *tradução* no *modo formal de falar*. Porque historicamente não se fez isso — afirma Carnap —, caiu-se em *questiúnculas* sem saída respeitantes à natureza dos números (são reais ou ideais, mentais ou extra-mentais?), do tempo e do espaço, das propriedades, das relações, e em geral dos universais (id., § 80, 310-11). A Sintaxe enquanto instrumento crítico deve portanto operar a *tradução* do modo material no modo formal. Por exemplo. Em vez de «cinco é um *número*» ou «uma propriedade não é uma *coisa*» teremos: «cinco é uma *palavra-número*» (*a number-word*) ou «uma *palavra-propriedade* não é uma *palavra-coisa*» (*a thing-word*). E em vez de «o mundo é uma totalidade de factos e não de coisas» teremos que «a ciência é um sistema de frases e não de nomes»⁽¹⁸⁾. Em resumo. Para o Carnap de L.S.S. apenas são inequivocamente pertinentes os *enunciados objectuais* e os

enunciados sintáticos (e respectivas questões). Além destes, todos os enunciados que não sejam traduzíveis em linguagem sintática (no modo formal) ou não forneçam o mínimo indício dessa traduzibilidade (nem o forneça o autor que os profira), serão desprovidos de qualquer conteúdo teórico-cognitivo, e, logo, metafísicos (id., § 81, 313, § 86, 331).

Temos assim que se na Dialéctica kantiana se examinavam criticamente «os conceitos da metafísica tradicional reportando-os às fontes *a priori* do conhecimento», Carnap reportará os enunciados filosóficos «às condições gerais da formação dos enunciados numa língua qualquer.» (Proust, 1986, 386). Ainda que visionados sob uma perspectiva exclusivamente sintática, em L.S.S. os enunciados metafísicos serão postergados por não obedecerem ao *sistema de constituição* geral que só admite analiticidade ou sinteticidade cognitivas.

Pois bem. Sabemos que em E.S.O. Carnap já adopta uma perspectiva simultaneamente sintática, semântica e pragmática, tendo mesmo indicado expressamente, em *Introduction to Semantics* (1942, § 39, 249-50), que os exemplos de enunciados no modo material fornecidos em L.S.S. deveriam ser metalinguisticamente traduzidos segundo essa tríplice perspectiva (consoante os casos, embora). Por outras palavras, e voltando à nossa causa. É notório que aos dois usos possíveis das *palavras universais* em L.S.S., correspondem dois usos dos *termos gerais* em E.S.O. Também aqui, neste último ensaio, aquilo que tenha um timbre metafísico (as questões externas enquanto tal) deve ser *traduzido* (e nunca como agora traduzir = trair!) numa dissolução *semiótica* (em vectores sintáticos, semânticos ou pragmáticos). Em resumo. Também em E.S.O. não deixa de ser vislumbrável um *sistema geral de constituição*, baseado, em última análise, no par analítico/sintético, bem como, mais axialmente, nas regras sintáticas, semânticas e pragmáticas aliadas a qualquer PL. Mas ainda. É aí descortinável algo que poderemos designar por *Dialéctica da Semiótica Pura*. Esta tanto poderá incidir sobre a visão crítica dos próprios PL's — porque as questões internas dentro deles equacionadas podem implicar a necessidade do seu reajustamento ⁽¹⁹⁾ —, como sobre todo o tipo de questões externas propriamente ditas. É certo que estas podem ser «deslocadas» segundo a óptica da traduzibilidade ou «formalização», como questões relativas às formas de linguagem a adoptar — ou adoptáveis ⁽²⁰⁾. Todavia. Enquanto

questões puramente externas, sempre subsistirá a sua opacidade (in)fundamental. A necessidade de as abjurar.

Numa palavra. Carnap, em E.S.O., delimita um domínio de cognitividade possível (analogamente a Kant), por contraposição a um domínio de cognitividade impossível⁽²¹⁾. Há aí efectivamente, a par de uma onto-logia no sentido inicialmente indicado, algo de semelhante a uma Filosofia Transcendental. A este respeito — poderemos dizer —, o filósofo limitou-se a «repetir» Kant (o da *Crítica da Razão Pura*) sob uma perspectiva Semiótica (sintáctica, semântica e pragmática). Equacionou *uma espécie de hiper-fenomenalismo e de hiper-revolução copernicana*. E muito embora sob um fundo de tolerância e convencionalismo entitativos, traçou um inequívoco domínio de intolerabilidades aléticas (pseudo-aléticas).

V. TECNOLOGIA

A ontologia subjacente ao Paradigma dos PL's é, como se disse, uma onto-logia sobredeterminada tecno-logicamente. Expressamos esse facto com a ambiguidade inerente à disjunção inclusiva: *Onto-logia ou Tecno-logia(?)*. Ela aplica-se mesmo ao *sistema de constituição* (= «Filosofia Transcendental») delineado em E.S.O. Visto que tudo o que se diz ser-como-ser depende sempre de *regras convencionais* — até num sistema de Física (1934 c, § 82, 320) —, é legítimo recorrer àquela ambiguidade terminológica (dum ponto de vista interpretativo). Não viria a despropósito falar também em «onto»-tecnia. Desenredemo-nos contudo de um rigoroso afã «classificatório» (dificilmente pacífico, no caso), e procuremos realçar (para além dos já sugeridos), mais alguns aspectos propriamente tecno-lógicos. Eles nos permitirão redimensionar, inclusive, certas posições de Carnap gizadas no início da Secção anterior.

A) Os PL's, no seu todo, envolvem entidades diferenciadas e segregadas tipologicamente — de ordem que pode ir de 1 a n. Por isso, a *lógica* própria do Paradigma dos PL's em geral ou da onto-logia que eles permitem ostentar, não pode ser apenas uma Lógica dos Predicados de Primeira Ordem (LPO¹), mas também uma Lógica dos Predicados de Ordem Superior (LPOⁿ). E mais que isso. Deve ser uma lógica de predicados de *muitas-espécies*,

uma vez que, como vimos, os PL's têm estilos segregados de variáveis (22). Mas não é tudo. Nessa «lógica geral» — LPO^{I+n} ; com os seus axiomas e regras de inferência —, intercala-se uma espécie de *Lógica Transcendental* (análoga à kantiana), que recobre a parte não «estritamente lógica» dos PL's e confere a estas as regras latamente categoriais (as não-sincategoremáticas ou não-sintácticas). Diremos que os elementos fundamentais dessa Lógica Transcendental são os *termos gerais* que articulam as variáveis e lhes aduzem uma interpretação ou modelo. E também ela não deixa de ser percorrida por vectores (ou decisões) tipicamente tecnológicos. Porque nada obsta a que, v.g., se construa um PL referido aos objectos físicos em geral, ou um outro que se refira aos objectos físicos com a exclusão das pessoas, ou ainda outro que apenas às pessoas se reporte. E no sistema dos números, outro exemplo, podemos construir PL's para os *inteiros* (positivos e negativos), para os *reais* ou *racionais*, em tudo isso sendo indispensável a introdução explícita de diferentes tipos de variáveis e correspondentes termos gerais (cf. Carnap, 1950, 212). Quer dizer. A *tecnologia-transcendental* que abarca os PL's, apesar de sempre deixar subsistir a dualidade questões internas/externas, permite fixar convencionalmente diversas categorias de géneros entitativos de um modo que, afinal, não é determinável *a priori* num regimen de absolutidade (23).

Apesar disso, a «lógica complexa» que subjaz ao Paradigma dos PL's — não propriamente explicitada por Carnap, refira-se (24) —, permite discernir as entidades que se adopta terem um estatuto proeminentemente «ontológico». Tendo em conta a ostentação dos *termos gerais* numa linguagem ou teoria (embora num quadro de relatividade tecnológico-lógica), bem como os respectivos estilos segregados de variáveis, dir-se-á serem aquelas que «incluem outras classes de entidades mas não são elas mesmas incluídas numa outra classe mais geral.» (Norton, 1977 a, 91). Tal distinção seria impossível sem a adopção de uma LPO^{I+n} sobredeterminada transcendentalmente, e de uma LPO^{I+n} de *muitas-espécies* — como na Secção III já se fizera entrever.

B) Segue-se de A) que o critério de engajamento entitativo de Carnap não é totalmente idêntico ao de Quine (apesar do que se disse na Secção anterior). Ser, para Carnap, não é apenas igual a ser valor duma variável ligada numa linguagem ou teoria, mas também igual a ser o correlato de um *termo geral* que constitui

e regula o modo de agenciamento alético das variáveis. Isto é. O utente duma linguagem ou teoria aceitará a existência *internalista de um género de entidades* correspondente a um *termo geral* se de facto este foi explicitamente introduzido (na linguagem ou teoria), e se a ele está associado um estilo de variáveis que recubram todas (e somente essas) entidades particulares subsumíveis sob o referido termo ⁽²⁵⁾. Aí é que reside o critério de compromisso «ontológico» propriamente dito (ou em sentido forte), sendo os valores das variáveis efectivamente quantificadas (no âmbito de um PL), os índices dos compromissos existenciais singulares (do ser-como-ser disto ou daquilo em particular). Donde. Numa linguagem ou teoria, diferentemente do que sucede na perspectiva de Quine, manifestar-se-ão compromissos existenciais e ontológicos, sem que estes últimos tenham necessidade de ser explicitados a nível meta-linguístico ou meta-teórico. As «*onto-logias*» carnapianas são sem dúvida relativas (a PL's). Mas não relativas, como na óptica de Quine, a uma série indefinitista de meta-linguagens ou meta-teorias ⁽²⁶⁾. Sim relativas à tecnologia transcendental e convencional dos próprios PL's. Além de que, podemos agora concluir, são detectáveis em Carnap (e em E.S.O.), duas acepções diferentes de «*onto-logia*» (ambas «*internalistas*»). Para além de uma «*ontologia*» interpretável como Filosofia Transcendental.

C) Há entretanto em Carnap uma clara distinção entre linguagens-objecto e meta-linguagens, aliada à dicotomia questões externas/internas. Com base nessa distinção, em última análise, é que se abre espaço para a prática filosófica enquanto prática incidente sobre as próprias formas de linguagem (= nominalismo metodológico). Se ao nível das linguagens-objecto se revelam compromissos existenciais e ontológicos não independentes de factores tecno-lógicos, é ao nível daquela prática que mais a tecnologia se torna manifesta. Sintetizemos os seus vectores principais:

1) Um PL já construído e adoptado, como vincámos atrás, pode ter de ser reformulado devido a questões internas nele desencadeadas.

2) Para um mesmo sector de onticidade ainda não individualizado em objectos do discurso não há um só PL pertinente, mas vários alternativos ou co-possíveis (cf. em analogia 1934 c, § 82, 320). É portanto necessário ou possível sopesá-los, manipulando assim o princípio da tolerância ou convencionalidade.

3) Em virtude de 2) nada obsta a que um PL possa ser objecto de um dialogismo tecno-lógico, aí onde factores pragmáticos de conveniência, fecundidade, etc., entrarão em cena. E também factores sintácticos ou semânticos. Visto que todos eles intervêm num PL, mas são de natureza mais ou menos convencional.

As alíneas 1), 2) e 3) delimitam maioritariamente, em nosso entender, o *topos* de *prática filosófica* proporcionada pelo Paradigma carnapiano dos PL's. Também essa prática se consubstancia numa tecno-logia. Numa tecno-logia semiótica suscitável (*a parte ante* e *a parte post*) por qualquer «*onto-logia*» (esta mesma uma tecno-logia(?)).

A referida prática, por fim, estará associada a uma *Dialéctica Positiva* e a uma *Dialéctica Negativa*. A primeira tem a ver com os aspectos tecno-lógicos acima indicados, e com o facto de as questões externas poderem ser «traduzidas» em questões respeitantes às próprias formas de linguagem a adoptar (ou adoptáveis). A segunda tem a ver com a possibilidade de exorcizar questões e enunciados metafísicos (as questões externas propriamente ditas), não só por escaparem ao domínio da cognitividade possível, mas também por se afirmarem como absolutistas e sonegarem a relatividade inerente a todas as estratégias teórico-cognitivas (por violarem o princípio da tolerância ou convencionalidade). Na *Dialéctica Negativa* que percorre E.S.O. consubstancia-se toda uma «*maquinação*» anti-metafísica que é o contraponto da tecno-*onto-logia* aí também manifesta. Os ontólogos tradicionais *reivindicavam* «*fazer descobertas acerca da natureza do mundo.*» (Norton, 1977 a, 105). O nominalismo metodológico + o princípio de tolerância permitem a Carnap efectuar uma crítica a tal pretensão (ibid.). O contraponto positivo dessa crítica, porém, só pode configurar-se numa *onto-logia* internalista como tecno-logia. Ou melhor; — e para deixarmos em suspenso a problematicidade inerente à disjunção inclusiva: *numa onto-logia ou tecno-logia* (?). Sob todos os prismas que explicitámos.

VI. CONCLUSÃO

Admitindo que qualquer conclusão teórica é uma oclusão, preferimos deixar em aberto algumas questões suscitadas pelos principais «*filosofemas*» de Carnap em E.S.O.

A) Não se pode manter que os PL's são passíveis duma justificação teórica, pelo menos *a parte post*?

B) Não será que uma anti-metafísica dinamizada sob pressupostos convencionais é ela mesma convencional, não se podendo *afirmar*, no mínimo, como uma absoluta anti-metafísica?

C) Qual o estatuto alético do Paradigma carnapiano dos PL's? É esse estatuto de índole analítica ou sintética? Ou nem uma coisa nem outra?

D) É sintética ou analítica a asserção que nos diz que todos os enunciados de estatuto teórico-cognitivo são ou analíticos ou sintéticos? Não haverá um inabjurável *juízo sintético a priori*, contrário à perspectiva neo-empirista, intimamente aliado a tal asserção?

E) A dicotomia analítico/sintético será assim tão nítida e simplista como Carnap o admite? Não poderá haver enunciados onde essa dicotomia se entrelaça ou se desfaz, não se a podendo então (pelo menos) absolutizar?

F) Será que uma mera analítica semiótica (meta-linguística) é capaz, *por si mesma*, de dissolver todos os ancestrais problemas metafísicos e filosóficos? Não é o próprio sistema carnapiano dos PL's um autêntico sistema metafísico que pode dar azo a uma aberta discutibilidade?

G) Último, mas decerto não menos decisivo. Será que a Filosofia se esgota inteiramente numa perspectiva meta-linguística ou meta-científica, independentemente de se tratar duma perspectiva regionalmente válida?

*

Temos aí questões certamente axiais (algumas já «clássicas», como a D) e E) — para não falar em G)), que podem fazer inquinar parcialmente o organigrama carnapiano dos PL's. Para as examinar cabalmente seria indispensável um estudo mais amplo que aquele que nos propusemos, e, sobretudo, regido por uma outra intencionalidade. Trata-se aliás de questões de índole labiríntica, ramificáveis em contendas porventura distensíveis indefinidamente. Ficam por tudo isto em aberto.

As malhas do labirinto, de qualquer modo, provavelmente nos tolheriam os passos.

Adélio Melo

NOTAS

(¹) O neo-empirismo (ou positivismo lógico) caracteriza-se por uma atitude anti-metafísica, e por uma íntima associação do empirismo com a lógica moderna, nomeadamente a de Frege-Russell (cf. Neurath, 1935, 10-11). A lógica era de resto considerada como o instrumento axial para uma crítica à metafísica tradicional (Carnap, 1930/1, 133-4; Wittgenstein, 1921, 4.003). Mas o que directamente agora nos importa. Típico do neo-empirismo é a recusa dos *juízos sintéticos a priori*, e a assunção de que as únicas proposições com estatuto teórico-cognitivo ou são *analíticas* (as da lógica e matemática) ou *sintéticas* — as das ciências factuais (Carnap, 1929, 117, 123; 1930/1, 143-5). Surge assim o *princípio do verificacionismo*, que Carnap expõe em 1932, 62-67, e segundo o qual, naturalmente, as palavras correspondentes às entidades abstractas seriam desprovidas de significação empírica — e carentes de verificação os enunciados em que intervissem. Devido a dificuldades que um tal princípio enfrentava perante as leis científicas — de que Wittgenstein e os próprios filósofos do Círculo de Viena se deram conta (cf. Carnap, 1934 c, § 82, 321) — Carnap veio a substituí-lo pelo *princípio da confirmatividade*. Segundo este (explanado pelo filósofo em «Testability and Meaning», *Philosophy of Science*, Baltimore, Vol. 3, n.º 4 (Oct. 1936), pp. 419-471; Vol. 4, n.º 1 (Jan. 1937), pp. 1-40)), admite-se que as *hipóteses* «acerca de eventos inobservados do mundo físico nunca podem ser completamente verificadas por evidência observacional» (Carnap, 1963 a, 58), mas mais ou menos confirmadas. Em vez de se defender (como inicialmente, no C. de Viena), que qualquer termo científico pode ser *definido explicitamente* em termos de observáveis, e qualquer enunciado traduzido num enunciado acerca de propriedades observáveis, admite-se que «apenas a redutibilidade a predicados observacionais precisa de ser requerida para os conceitos científicos» (Carnap, 1963 a, 58-9; tb. 1963 b, 874).

(²) Cf. Gilbert Ryle, «Meaning and Necessity», *Philosophy*, 24 (1949), 69-76. Ryle critica Carnap por adoptar o chamado «princípio 'Fido'-Fido», i.e., por *hipostatizar* as entidades abstractas ao tratar como *nomes* expressões que não o são e portanto nada designam (v.g., «vermelho», «cinco»). Para um resumo da crítica de Ryle, ver Carnap, 1950, 216-217, e Ayer, 1982, 158-9 — obras em que nos baseámos para esta nota.

(³) O referido princípio ainda não é assumido por Carnap em 1930/1, apesar de já desde 1923-4 admitir ter sido influenciado pelo *convencionismo* de Poincaré e Hugo Dingler para as linguagens da física (cf. 1963 a, 115). Para o domínio da lógica exprime tal princípio em 1934 c, § 17, 51-2, chamando-lhe *princípio da tolerância*. Em 1942, § 39, 247, diz que melhor será chamar-lhe «princípio da convencionalidade». Esta nomenclatura é reafirmada em 1963 a, 55: «princípio da convencionalidade das formas de linguagem». É de admitir que em 1934 c Carnap apenas se referisse à aplicação desse princípio às linguagens-cálculos. Digamos que só então o distendeu também ao domínio da Lógica.

(4) É de Kalinowski (1985, 142) que tomamos a expressão «convencionalismo apriorista». Esta expressão, bem como o que se estabelece em A), encontra-se justificada/o pelo que Carnap diz em 1950, 214.

(5) Mais adiante se explicitará melhor esta lógica da «aceitação». De qualquer modo, contra o que sugerem Largeault (1971, 333-4) e Kalinowski (1985, 126), não se nos afigura líquido que ela intrometa Carnap numa posição geral «nominalista» (como o próprio filósofo vinca em 1950, 215). Visará antes pôr fora de circuito as ancestrais *teses* acerca dos *universais* (ainda 1950, 218, 220). É útil para o efeito consultar Eberle, 1970, 8, onde nos é fornecida uma caracterização do *nominalismo contemporâneo* (recusa *tout court* das entidades abstractas, crítica à noção de classe, etc.).

(6) Sobre esse tipo de prática, inclusive de índole crítica (mesmo das linguagens da ciência), ver Wittgenstein, 1921, 4.0031, 4.1111 e 4.112; Russell, 1924, 48; Carnap, 1929, 115-16; 1930/1, 133; 1932, 54-5. Sobre Carnap mais se indica de seguida no texto.

(7) Com efeito, como bem sublinha Norton (1977 a, 52-3), a perspectiva indicada no texto não se circunscreve, em Carnap, a um «empirismo estrito» (ou não depende deste). Depende antes da distinção linguagem-objecto/meta-linguagem, e portanto não se aplica apenas a «objectos empíricos» ou susceptíveis de «inquirições empíricas». Isto salvaguardado, há um efectivo *nominalismo metodológico* em Carnap.

(8) A perspectiva anti-metafísica de Carnap exprime-se com virulência em 1930/1, 1932, 1934 a, 1934 b, e 1934 c (como mais adiante se verá no texto, no que se refere a esta última obra). Há todavia no correr do tempo uma certa atenuação dessa perspectiva. Em 1930/1, 134, mantinha o filósofo que, do ponto de vista da «nova lógica» (referência à lógica de Frege-Russell), toda a filosofia de Platão, T. de Aquino, Kant ou Hegel, nem sequer era falsa mas sem sentido. Em 1963 b, 874-5, é-nos dito que se salvaguardam aqueles filósofos, como Aristóteles e Kant, cujo pensamento esteve «em íntimo contacto com a ciência dos seus tempos». O tipo de anti-metafísica subjacente a E.S.O. (1950) explicitar-se-á ao longo do texto.

(9) Embora este facto não seja explicitado por Carnap em E.S.O., depreende-se ele de 1942, § 4, 8-10; § 39, 250. Qualquer PL é um *instrumento semiótico*, e assim (segundo a definição de Semiótica fornecida em 1942, § 4), nele se envolvem regras sintácticas, semânticas e pragmáticas (estas últimas, v. g., têm a ver com questões de confirmatividade, registo de observações, aceitação do próprio PL, etc.). Cf. também, a propósito, 1963 a, 56.

(10) Sobre o convencionalismo assumido por Carnap para as teorias físicas (do mesmo passo que assume o *holismo*), ver 1934 c, § 82, 315-322. Por outro lado, como indica em 1963 b, 876, Carnap teria discutido a questão relativa aos termos teóricos e regras de correspondência em «The Methodological Character of Theoretical Concepts», in *The Foundations of Science and the Concepts of*

Psychology and Psychoanalysis (Ed. by H. Feigl and M. Scriven), Minnesota Studies in the Philosophy of Science, Vol. 1, Univ. of Minneapolis Press, Minneapolis, 1956, pp. 38-76. Para a explicação que aduzimos no texto quanto à funcionalidade das regras de correspondência baseámo-nos em Nagel, 1961, 90-105 — que mostra, com base na *teoria dos electrões* de Bohr, como estes, com o auxílio de tais regras, podem ser sujeitos (indirectamente) a processos experimentais. Sobre a problemática em apreço pode ver-se com utilidade Sellars, 1963, 436-442: o modo como entidades abstractas podem ser representadas em enunciados sintéticos justificáveis por apelo à experiência.

(¹¹) Contra intérpretes como J. Cornman (*Metaphysics, Reference, and Language*, Yale University Press, New Haven, 1966) e D. Goldstick («The Tolerance of Rudolf Carnap», *Australasian Journal of Philosophy*, 49 (1971), pp. 250-261)), que defendem que as questões externas são por Carnap rejeitadas como não-cognitivas só em virtude do *princípio do verificacionismo*, também Norton (1977 b, 67), sustenta que é em função deste e do *princípio de tolerância* — o primeiro, de resto, sendo servo (*subservient*) do último. Todavia. Pelo que se disse na nota (¹), melhor fôra que Norton falasse em *princípio da confirmatividade*...

(¹²) Cf. 1950, 207 e 215 (onde Carnap refere que essa posição foi defendida no C. de Viena sob influência de Wittgenstein). Cf. tb. 1929, 118, onde se invoca a *não-verificabilidade* ou *não-factualidade* das teses ontológicas referidas no texto. Em 1963 b, 870, o filósofo mantém a mesma posição teórica, indicando que fornece argumentos a seu favor (que ninguém teria refutado) em *Scheinprobleme in der Philosophie: Das Fremdpsychische und der Realismusstreit*, Berlin-Schlachtensee: Weltkreis-Verlag, 1928. Tais teses careceriam de «conteúdo real» (seriam portanto desprovidas de sentido) por serem impensáveis «vivências» que as confirmariam ou refutariam (sirvo-me do resumo da referida obra, incluído em Carnap, 1929, 133). Em 1963 a, 45, por outro lado, Carnap refere que, inicialmente, a posição indicada no texto baseou-se no princípio da verificabilidade de Wittgenstein, mais tarde substituído pelo da confirmatividade...

(¹³) É nessa óptica que interpreta Norton (1977 a, 89 ss) o que caracterizará as questões ontológicas propriamente ditas (externas). Incluindo a relativa aos objectos materiais.

(¹⁴) Como é suficientemente caucionado pelas asserções de Carnap. Refira-se entretanto, ainda a propósito da não-cognitividade da tese realista, e por relação ao princípio da confirmatividade. Em 1963 a, 46, menciona Carnap a interpretação efectuada por Reichenbach de tal tese, «na forma de um enunciado empírico asserindo que a estrutura causal do mundo é tal que podem ser feitas satisfatoriamente inferências indutivas». Adianta que tal versão da tese é impassível de objecção, mas não teria sido isso que historicamente por ela se entendeu. O mesmo é reiterado em 1963 b, 870. Numa palavra: Carnap repudia a tese realista *enquanto tese ontológica* (ibid.).

(¹⁵) Russell, 1910, 37: «O princípio que nos permite abjurar totalidades ilegítimas pode ser formulado como segue: 'Qualquer coisa que envolve todos

duma colecção não pode ser um elemento da colecção'». Gochet (1978, 123), entretanto, adopta outra formulação do argumento que usámos no texto: se «real» — afirma —, significa «elemento designado por qualquer linguagem L», interrogar-se se o próprio sistema é real «é interrogar-se sobre o valor de verdade da proposição *auto-referencial* 'L é um elemento designado por L'». Entendemos mais apropriada a nossa formulação, porque o que está em causa não é a realidade do *sistema linguístico*. (Nótu-la: não se torna claro no texto de Gochet se a formulação referida pertence ao próprio Gochet, ou a S. Haack em «Some Preliminaries to Ontology», *J. of Ph. L.*, 1976, pp. 454-474 — obra a que infelizmente não tivemos acesso).

(16) Cf. Quine, 1951 b, 208-10. Sobre a lógica de Quine — e crítica à teoria dos tipos de Russell —, ver o seu texto «canónico» de 1937 (ou resumo em Gochet, 1978, 125 ss). Refira-se entretanto que Quine, em 1951 b, 207, faz depender a distinção carnapiana numa outra que seria mais fundamental: a distinção entre *questões categoriais* (*category questions*) e *questões sub-classísticas* (*subclass questions*). Ambas são da forma «Existem F's?» («*Are there so-and-so's?*»), mas enquanto nas primeiras os F's «têm em vista exaurir o domínio de um estilo particular de variáveis ligadas», nas segundas não. É porém esta mesma distinção que Quine volubiliza ou anula sob o tipo particular de lógica que adopta. De qualquer modo, eis a correspondência estabelecida pelo filósofo: «As questões externas são questões categoriais concebidas como propostas antes da adopção duma dada linguagem; elas devem em rigor, mantém Carnap, ser construídas como questões acerca da desiderabilidade de dada forma de linguagem. As questões internas compreendem as questões sub-classísticas e, em adição, as questões categoriais quando estas são construídas como tratadas adentro duma linguagem adoptada, como questões que têm respostas trivialmente analíticas ou contraditórias.» (ibid.).

(17) Sobre a recusa quineana do analítico/sintético, ver o seu texto-chave 1951 a (cujos ecos, assim como as posições de outros autores, no mesmo sentido, se reflectirão na questão E) formulada na Secção VI do nosso estudo). Sobre a recusa da partilha entre questões filosóficas (*ontológicas*) e questões científicas, ver 1951 b, 211, e 1951 a, 45-6.

(18) Sobre estes e outros exemplos ver 1934 c, §§ 77-79, 297-307 (e tb. 1934 b). Refira-se que o último apontado no texto toma no modo material a 2.^a proposição com que Wittgenstein abre o *Tractatus* (1921, 1.1). Refira-se ainda que o que Carnap diz quanto ao uso inofensivo das *palavras universais* corresponde aproximadamente ao que Wittgenstein (id., 4.126-4.1274) diz acerca dos *conceitos formais*: à diferença dos demais conceitos não podem ser representados por nenhuma função, apenas por variáveis, sendo cada variável o signo dum conceito formal. O próprio Carnap reconhece o paralelismo (1934 c, § 76, 295), embora acrescentando (à diferença de Witt.) que as palavras universais também são usadas *independentemente* (no modo material, é claro). E então a necessidade de *traduzir* os enunciados em que elas intervenham. Carnap sublinha com justeza que para Wittgenstein estes enunciados seriam carentes de sentido «porque não considera ser possível a correcta formulação de frases sintácticas.» (id., 295-6).

(¹⁹) Isso não é explicitado em E.S.O., mas é insinuado (basta generalizar e aplicar a analogia), em 1934 c, § 82, 318-19. Aí nos é dito que todas as *regras da linguagem* da Física (tanto as regras-Lógicas como as regras-Físicas) «podem ser alteradas tão depressa se revele conveniente fazê-lo.». Pode mesmo suceder — acrescenta Carnap —, que sob o incentivo «de novos enunciados protocolares» se altere a referida linguagem a ponto de um enunciado antes disso logicamente-analítico deixar de o ser.

(²⁰) É Norton (1977 b, 73-4) que toma a «tradutibilidade» carnapiana no sentido da «formalização»: um enunciado filosófico será pertinente e significante se é acerca da linguagem ou das regras de dada linguagem-objecto. Ver ainda Norton, 1977 a, 106.

(²¹) Para analogias e diferenças entre Kant e Carnap (sobre o tópico do texto), ver Kane, 1967, 142-3 e 150. Kane realça a diferença entre as concepções da lógica em ambos, da filosofia da ciência, da matemática, etc. Em nada contrária, contudo, a nossa interpretação.

(²²) Sobre as linguagens ou lógicas de *muitas-espécies*, ver Wang, 1952: têm variáveis de diferentes géneros, cada uma restringida a um conjunto restrito de objectos (que são os seus valores). O termo *mehrsortig* (muitas-espécies) foi introduzido por Arnold Schmidt em 1938 («Über Deduktive Theorien mit Mehreren Sorten von Grunddingen», *Mathematische Annalen*, Vol. 115, pp. 485-506), e traduzido para o inglês por «many-sorted» por C. H. Langford (*apud* Wang, id., 105, rodapé).

(²³) Isso não é dito expressamente em E.S.O., mas infere-se analogicamente de 1934 c, § 76, 293. Aqui, depois de definir as *palavras universais* e antes de fornecer exemplos delas, vinca Carnap que os usos linguísticos variam substancialmente por relação à «classificação genérica das palavras», e por isso, acrescenta, os exemplos aludidos «são apenas válidos para um uso particular de linguagem.». São portanto relativos. O mesmo, naturalmente, se poderá dizer dos *termos gerais*.

(²⁴) Norton, em 1977 a, 78-87, vinca esse factio. Ademais, defende que LPO^{1+n} deve ser *modificada* no sentido de se adoptarem as assunções de uma *Lógica Universalmente Livre* (LUL) para os domínios objectuais de 1.^a ordem, e uma versão dos axiomas e regras de LPO^1 (de que LPO^n é uma variante), para os domínios objectuais de ordem superior (id., 83-4). Numa LUL não se assume que o seu universo seja não-vazio, e a regra da *instanciação existencial* depende, para ser aplicada, «da verdade contingente que algum objecto, que tem a propriedade A, de facto existe» (id., 82-3). Deste modo, no âmbito de LUL, não é válido um teorema como « $(\exists x) (Fx \vee \sim Fx)$ », o qual, a ser universalmente válido, deixaria supor, se aplicado aos objectos físicos, que *há* pelo menos um objecto físico coligado a um *fiat linguístico*, quando, por outro lado, tal *haver* seria empiricamente decidível, e, logo, não decorrente de decisões puramente linguísticas. O sistema carnapiano ficaria então minado por uma aporia. Outra ocorreria se LUL sobredeterminasse toda a LPO^{1+n} , pois teríamos, segundo Norton, que, contrariamente ao que Carnap defende em E.S.O., a «existência de entidades

abstractas», não se seguiria da «adopção de regras linguísticas» (id., 84). Subsiste porém uma outra, mesmo se adoptada LPO^{1+n} modificada no sentido acima. «(Ex) (x é um objecto físico)» será um enunciado sintético, pelo menos aparentemente de cariz filosófico-«ontológico» e, logo, incompatível com a doutrina carnapiana «que todas as asserções filosóficas devem ser tratadas como decisões linguísticas.» (ibid.). Esta última aporia, contudo, só deflagra se o critério de compromisso ontológico de Carnap for o mesmo que o de Quine — assente nas variáveis ligadas. E por isso Norton defende que o nosso filósofo adopta um outro critério ontológico — à luz do qual aquele enunciado será interno-sintético mas não filosófico. O critério de Quine — acrescenta — é meramente existencial e não ontológico, tendo este a ver com «prioridade ontológica» (id., 99). Pois bem. Este ponto de vista de Norton mereceria ser amplamente discutido e indiciado pelo menos da «complexidade» da lógica subjacente ao modelo dos PL's. Mantemos todavia a nossa perspectiva do texto, considerando-a correcta por os PL's de Carnap serem sistemas interpretados. Entretanto. Sobre as características duma LUL pode ver-se Meyer e Lambert, 1968. O próprio Carnap, em 1934 c, § 38 a, 140-1, especifica um tipo de LUL ao modo inicialmente indicado. Problematisa o teorema acima referido (decorrente da lógica de Russell), porque ele implicaria que na lógica se assume algo relativamente à «existência de objectos». Minimiza no entanto essa problematização ao referir que usualmente operamos com «domínios não-vazios», e ao manter que enunciados relativos à existência concreta de objectos físicos são sempre sintéticos. E assim se afigura caucionado o nosso ponto de vista. Além de que Norton, em toda a sua argumentação, parece não distinguir entre regras estritamente lógicas (duma «lógica geral»), e regras linguístico-transcendentais.

(²⁵) Ver Norton, 1977 a, 85-7. Aí, segundo este autor, e como se sugeriu na nota anterior, é que reside o critério de compromisso ontológico de Carnap, ainda que este nunca o tenha demarcado explicitamente do critério quineano (id., 86). Pela nossa parte, no entanto, mantemos o ponto de vista defendido em B) — no texto —, afigurando-se-nos que a expressão «engajamento entitativo» é mais lata e mais própria ao sistema carnapiano. Assim se legitima a noção de ontologia que interpretativamente usámos na Secção IV, embora reconhecendo que para Carnap entidades haverá com estatuto *proeminentemente* ontológico. No mais. Discordamos de Norton que o critério acima mencionado valha para linguagens e não para teorias (Norton, id., 86). E trata-se de um critério efectivamente distinto, porque Quine, em 1951 b, 205, limita-se a manter que v. g. quando dizemos que há cisnes negros, *por implicação* dizemos que há objectos físicos. O que não se segue necessariamente.

(²⁶) Sobre a relatividade da ontologia em Quine, inescrutabilidade da referência, a necessidade de recurso a meta-teorias ou meta-linguagens para explicitar ontologias, ver Quine, 1969. Pode consultar-se com utilidade Gochet, 1978, 97 ss. Desenvolvemos a posição de Quine a este respeito no nosso livro *Categorias e Objectos*, Porto, 1988, §.19, 594 ss.

BIBLIOGRAFIA

AYER, Alfred J.

- 1959 (Ed. by) *Logical Positivism*, The Free Press, N. York; 1.^a ed. Paperback, 1966.
- 1982 *Philosophy in the Twentieth Century*, George Weidenfeld and Nicolson Ltd; Unwin Paperbacks, London, 1984.

CARNAP, Rudolf

- 1929 (colab. com Hahn, H. e Neurath, O.) *Wissenschaftliche Weltauffassung: Der Wiener Kreis*, A. Wolf, Wien; ed. ut.: «La conception scientifique du monde: Le cercle de Vienne», trad. Barbara Cassin *et alia*, in *Manifeste du Cercle de Vienne et autres écrits* (publ. sob direção de Antonia Soulez), Presses Universitaires de France, Paris, 1985, pp. 108-129.
- 1930/1 «Die Alte und die Neue Logik», *Erkenntnis*, Vol. I (1930/1); ed. ut.: «The Old and the New Logic», trad. Isaac Levi, in AYER (Ed. by), 1959, pp. 133-146.
- 1932 «Überwindung der Metaphysik durch Logische Analyse der Sprache», *Erkenntnis*, Vol. II (1932); ed. ut.: «The Elimination of Metaphysics Through Logical Analysis of Language», trad. Arthur Pap, in AYER (Ed. by), 1959, pp. 60-81.
- 1934 a *Die Aufgabe der Wissenschaftslogik*, Wien; ed. ut.: *Le problème de la logique de la science — Science formelle et science du réel*, trad. Du Général Vouillemin, Hermann et Cie. Éditeurs, Paris, 1935.
- 1934 b «On the Character of Philosophic Problems», *Philosophy of Science*, I (1934), pp. 5-19, trad. W. M. Malisoff; ed. ut.: in RORTY (Ed. by), 1967 a, pp. 54-62.
- 1934 c *Logische Syntax der Sprache*, Wien; ed. ut.: *The Logical Syntax of Language*, trad. Amethe Smeaton, Routledge and Kegan Paul Ltd, London, 6.^a ed. (com correções), 1964.
- 1942/3 *Introduction to Semantics* [1942] and *Formalization of Logic* [1943], Two volumes in one, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 3.^a ed., 1968.

1947 *Meaning and Necessity — A Study in Semantics and Modal Logic*, The Univ. of Chicago Press, Chicago & London / The Univ. of Toronto Press, Toronto-Canadá; Phoenix Edition, 5.^a ed., 1967.

1950 «Empiricism, Semantics, and Ontology», *Revue Intern. de Phil.*, 4 (1950), pp. 20-40; ed. ut.: in CARNAP, 1947 (desde a 2.^a ed.: 1956), pp. 205-221.

1963 a «Intellectual Autobiography», in SCHILPP (Ed. by), 1963, pp. 3-84.

1963 b «Replies and Systematic Expositions», in SCHILPP (Ed. by), 1963, pp. 859-1013.

EBERLE, Rolf A.

1970 *Nominalistic Systems*, Reidel Publishing Company, Dordrecht-Holland.

GOCHET, Paul

1978 *Quine en perspective*, Flammarion, Paris.

KALINOWSKI, Georges

1985 *Sémiotique et philosophie — A partir et à l'encontre de Husserl et de Carnap*, Éds. Hadès-Benjamins, Paris-Amsterdam.

KANE, Robert H.

1967 «Empiricism and Ontology in Rudolf Carnap's Thought», *International Philosophical Quarterly*, Vol. VII, n.º 1 (March, 1967), pp. 138-176.

KLEMKE, E. D.

1970 «Are 'External Questions' Non-Cognitive?», *Inquiry*, 13 (1970), pp. 289-307.

LARGEAULT, Jean

1971 *Enquête sur le nominalisme*, Éd. Nauwelaerts, Louvain/Paris.

MEYER, Robert; LAMBERT, Karel

1968 «Universally Free Logic and Standard Quantification Theory», *The Journal of Symbolic Logic*, Vol. 33, n.º 1 (March, 1968), pp. 8-26.

MORA, J. Ferrater

1967 *El ser y el sentido*, Ediciones de la *Revista de Occidente*, Madrid.

NAGEL, Ernest

1961 *The Structure of Science — Problems in the Logic of Scientific Explanation*, Routledge and Kegan Paul, London, 2.^a ed., 1968.

NEURATH, Otto

1935 *Le développement du Cercle de Vienne et l'avenir de l'empirisme logique*, trad. Du Général Vouillemin, Hermann et Cie., Éditeurs, Paris.

NORTON, Bryan G.

1977 a *Linguistic Frameworks and Ontology — A Re-Examination of Carnap's Metaphilosophy*, Mouton Publishers, The Hague, New York, Paris.

1977 b «On the Metatheoretical Nature of Carnap's Philosophy», *Philosophy of Science*, Vol. XLIV (1977), pp. 65-85.

PROUST, Joëlle

1986 *Questions de forme — Logique et proposition analytique de Kant à Carnap*, Librairie Arthème Fayard, Paris.

QUINE, Willard van O.

1937 «New Foundations for Mathematical Logic», *American Mathematical Monthly* (1937); ed. ut.: in QUINE, 1953 (com correcções), pp. 80-101.

1943 «Notes on Existence and Necessity», *The Journal of Philosophy*, Vol. 40 (1943), pp. 113-127; ed. ut.: in Leonard LINSKY (Ed. by), *Semantics and the Philosophy of Language*, University of Illinois Press, Urbana, Chicago, London, 1952, pp. 77-91.

1948 «On What There Is», *Review of Metaphysics* (1948); ed. ut.: in QUINE, 1953 (com ligeiras correcções), pp. 1-19.

1951 a «Two Dogmas of Empiricism», *Philosophical Review* (Jan. 1951); ed. ut.: in QUINE, 1953 (com ligeiras alteraçoes), pp. 20-46.

- 1951 b «On Carnap's Views on Ontology», *Philosophical Studies*, Vol. 2 (1951); ed. ut.: in QUINE, *The Ways of Paradox and Other Essays* (1966), Harvard University Press, Cambridge, Mass. and London, England, ed. revista e ampliada, 1976, pp. 203-211.
- 1953 *From a Logical Point of View*, Harvard University Press, Cambridge, Mass. and London, England, 4.^a ed. (com base na 2.^a ed., revista), 1980.
- 1969 «Relativité de l'ontologie», in *Relativité de l'ontologie et quelques autres essais*, trad. J. Largeault, Aubier-Montaigne, Paris, 1977, pp. 39-81.

RORTY, Richard

- 1967 a (Ed. by) *The Linguistic Turn — Recent Essays in Philosophical Method*, The University of Chicago Press, Chicago, First Phoenix Edition, 1970.
- 1967 b «Metaphilosophical Difficulties of Linguistic Philosophy», in RORTY (Ed. by), 1967 a, pp. 1-39.

RUSSELL, Bertrand

- 1910 (colab. com A. N. Whitehead) *Principia Mathematica*, Vol. I, Cambridge University Press, Cambridge, 2.^a ed., 1925.
- 1924 «Logical Atomism», in *Contemporary British Philosophy* (Ed. by J. H. Muirhead), George Allen and Unwin Ltd, London; ed. ut.: in AYER (Ed. by), 1959, pp. 31-50.

SCHILPP, P. Arthur

- 1963 (Ed. by) *The Philosophy of Rudolf Carnap*, Cambridge University Press, La Salle, Illinois. Open Court. London.

SELLARS, Wilfrid

- 1963 «Empiricism and Abstract Entities», in SCHILPP (Ed. by), 1963, pp. 431-468.

WANG, Hao

- 1952 «Logic of Many-Sorted Theories», *The Journal of Symbolic Logic*, 17 (1952), pp. 105-116.

WITTGENSTEIN, Ludwig

- 1921 *Logisch Philosophische Abhandlung*, Wien; ed. ut.: *Tractatus logico-philosophicus*, trad. P. Klossowski, Gallimard, Paris, 1961.

RÉSUMÉ

LES QUESTIONS EXTERNES / INTERNES D'APRÈS CARNAP

Interprétation de l'essai de Carnap «Empiricism, Semantics, and Ontology» (1950). La notion centrale de «Paradigme Linguistique» (Linguistic Framework) et sa stratégie anti-métaphysique.

On explicite, dans l'essai carnapien, des vecteurs théoriques qui s'allient à une forme particulière de pratique philosophique et à une particulière conception d'Ontologie. Comparaison critique, sous cet aspect, avec des perspectives formulées par Quine. Établissement d'analogies avec le «transcendentalisme» e avec la «dialectique» de Kant.

ABSTRACT

THE EXTERNAL / INTERNAL QUESTIONS ACCORDING TO CARNAP

Interpretation of Carnap's essay «Empiricism, Semantics, and Ontology» (1950). The central concept of «Linguistic Framework» and its anti-metaphysical strategy.

We show, in Carnap's essay, theoretical vectors that ally themselves to a particular form of philosophical practice and to a particular conception of Ontology. Critical comparison, concerning this subject, with perspectives advanced by Quine. Analogies with Kant's «transcendentalism» and «dialectics».